



Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Reunião Ordinária
Dia 28 de agosto de 2009

Às 09:30 (nove e meia) horas do dia 28 de agosto de 2009 (dois mil e nove), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da suplente do presidente, Dra. Maria José De Biase. Havendo número legal, a suplente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 171ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de julho de 2009. 2) Plano de Reabilitação para o entorno da Av. Dantas Barreto, na área de abrangência do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda – Dr. César Barros, Coordenador Geral da Unidade Executora Municipal-Recife. 3) Análise do processo nº 07.33554.5.07 – Implantação de um empreendimento imobiliário de uso residencial no terreno do antigo Paio do Exército. Relator, conselheiro Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP. **(Nova Tramitação)**. 4) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Maria José De Biase, suplente do presidente, Dra. Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas, Diretora da DIRURB (titular), Dr. Fábio Henrique de Souza Macêdo – Assessor Técnico da Sec. Finanças (suplente), Dra. Flávia Castanheira do Nascimento, Diretora Geral das Procuradorias - SAJ (titular), Dr. Otoniel Freire de Barros Neto, representante da Secretaria de Saúde (titular), Dra. Sueny Barkokebas Cavalcanti, representante da Sec. de Educação, Esporte e Laser (suplente), Dr. José Romero Campello Britto, representante da Sec. de Turismo (suplente), Dr. Fernando de Souza Paz, representante da Autarquia de Saneamento do Recife - SANEAR (titular), Dr. Isaac Azoubel Abram, representante da URB/Recife (suplente), Dr. Marco Aurélio de Farias Costa, representante da CEF (suplente), Dr. Tamar Ferreira de Lima, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Marco Aurélio Mayrinck Estela de Melo, representante do SINDUSCON (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Cel. Eduardo José Pereira de Oliveira, representante da CDL/Recife (suplente), Dr. Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP (titular), Sr. Tomé Ferreira de Lima, representante da FEMICRO (suplente), Dr. Antônio Alfredo Oliveira Lima de Menezes Júnior, representante do CORECON/PE (titular), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE (suplente), Dr. Edgar Gomes da Silva, representante da ADEMI/PE (titular) e o Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH (suplente). Em seguida, Dra. De Biase deu posse à conselheira Sueny Barkokebas Cavalcanti, como membro suplente, representante da Secretaria de Educação, Esporte e Laser. A seguir passou para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 171ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de julho de 2009. Ata aprovada. Passando para o segundo item - Plano de Reabilitação para o entorno da Av. Dantas Barreto, na área de abrangência do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, convidando o Coordenador Geral da Unidade Executora, da cidade do Recife, arquiteto Dr. César Barros, para fazer a apresentação. Dr. César iniciou agradecendo pelo convite, pela oportunidade de apresentar o Plano de Requalificação. “Esse trabalho é um exercício que estamos fazendo, com vistas a um olhar diferenciado para as áreas do entorno da Dantas Barreto, Guararapes, São José, e Imperial. O Projeto do BID é interessante porque, no arcabouço e projetos deslumbrados nele, está também, o Plano Nacional de Habitação das



áreas centrais, do qual faz parte. O Plano em curso e o próprio Plano do Governo João da Costa, têm como linha de estratégia, justamente habitar o centro a partir da melhoria do espaço público, da diversificação de uso e de incentivo à moradia. O Plano que hoje irei apresentar, é um pouco do que subsidia o Termo de Referência da contratação do Projeto Específico da Requalificação desse Corredor, uma das várias ações que estão por vir. Comutantemente foi realizado um Workshop com um grupo de técnicos americanos em Recife, trabalhando essa mesma Região, só com outro olhar. Não com o olhar do desenho, das questões físicas mas, na abordagem da questão pública, no quesito segurança, seguridade social". Fazendo em seguida, a apresentação do Plano de Reabilitação para o entorno da Av. Dantas Barreto, na área de abrangência do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda. (Em anexo). Concluída a apresentação, Dra. De Biase iniciou o processo de discussão passando a palavra ao conselheiro José Fernando de Souza Paz, representante da SANEAR. "Quero fazer algumas observações sobre a apresentação do Dr. César Barros. Devido à preocupação que temos tido nas várias administrações municipais. Voltando um tempo atrás verificamos que a Praça Sérgio Loreto, foi substancialmente diminuída. Já hoje estamos voltados mais para o verde, para os jardins. Ou seja, para as questões ecológicas. Outro ponto é o Camelódromo. No momento da sua construção, se apresentava como uma solução para questão dos ambulantes. O que na verdade não aconteceu. Por falta de estrutura, de alguns equipamentos que não foram pensados e também, pela evolução da questão informal das pessoas que buscam através desse tipo de comércio, os seus sustentos. Uma outra questão, é a Av. Conde da Boa Vista. No seu traçado não foi pensada a questão dos carros fortes, que ficam estacionados nas calçadas, porque não podem ficar na via de rolamento dos táxis. Concluindo, devemos ter como objetivo principal de governo, a conclusão, o fechamento desse perímetro. E um olhar mais atento para as calçadas, em toda cidade". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP. "Minha colocação será sobre o estacionamento. Haverá algum incentivo? Através de que? Do IPTU? Será proibido estacionar, para forçar as pessoas não irem ao Centro em carros particulares?" Prosseguindo, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE, que inicialmente desculpou-se pelo atraso, "infelizmente não pude assistir a toda apresentação de César Barros. Recuperando algumas informações da reunião passada, pergunto se existe alguma ação mais estrutural do ponto de vista de circulação, de acesso a veículos, dentro da ligação da Dantas Barreto com o Cais José Estelita. De nada adianta pintar, recuperar calçadas, iluminação, se não se gera uma condição de atração de circulação das pessoas". A suplente do presidente passou a palavra ao arquiteto Dr. César Barros para os esclarecimentos necessários. "Com certeza a discussão da Dantas Barreto passa pela questão da mobilidade, como a cidade inteira. Hoje, mais ainda, devido a Copa do Mundo. Temos discutido, ressaltando três aspectos. Não só a mobilidade, a questão do Centro Histórico, pois a Copa irá atrair turistas, como também, a questão da vegetação com novos parques, novas praças. O trecho da Dantas Barreto está numa discussão mais ampla, juntamente com o a Av. Conde da Boa Vista, e a articulação com o Cais José Estelita. Percebendo também, novas ações que estão por vir, como a possibilidade de articulação com linhas complementares e com as estações de metrô existentes. Em relação as questões citadas sobre calçadas, esse projeto contempla todo o ordenamento da calçada. Num espaço muito curto de tempo, sete ou oito anos atrás, os nossos projetos não consideravam a questão das calçadas. Logo, da acessibilidade, hoje os projetos contemplam as calçadas, a vegetação, a iluminação, todos



os equipamentos. Sobre a praça Sérgio Loreto, o habitacional que será construído nas proximidades, contempla também, um projeto de revisão de todo o entorno habitacional, para melhoria local. Sobre o comércio informal, temos a clareza que a discussão não se restringe apenas a um novo lugar reassentado. Hoje, estamos discutindo a questão dos shoppings populares dentro dos próprios edifícios históricos. Em relação a Conde da Boa Vista, quando se falou dos carros fortes, é uma preocupação não só específica do local, mas, de todo o centro da cidade. Na realidade o carro forte não deveria parar em nenhuma rua. Deveria haver uma entrada no próprio Banco. Isso é uma outra discussão. Não podemos é pensar a via em função do carro forte. Voltando às calçadas, lembro que existe uma lei específica e é obrigação ,a construção e manutenção do proprietário. Mesmo assim, pensa-se em construir/reformar e cobrar ao proprietário pelo IPTU, ou coisa similar. Está-se estudando uma forma. Para finalizar, a questão do estacionamento, é uma discussão que se vem tendo não só para Dantas Barreto. Várias ações têm sido pensadas juntos Prefeitura, IPHAN e Ministério Público”. A seguir, Dra. De Biase passou a palavra à conselheira Sueny Barkokebas Cavalcanti, representante da Secretaria de Educação, Esporte e Laser, que inicialmente cumprimentou a todos, esperando, desejando trazer boas contribuições para o Conselho. Perguntando em seguida ao Dr. César Barros, “se um dos tripés é o incentivo à moradia na área do entorno da Dantas Barreto, como educadora que sou, pensou-se em alguma ação voltada à escolaridade? Está dentro do planejamento a preocupação com os espaços para essa escolaridade?”Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE. “Estive com César em outras oportunidades no Escritório do Bairro do Recife. Conheço alguns projetos do Escritório, e acho conveniente, ideal que nós, conselheiros do CDU, conhecêssemos todos os projetos integrados para que não ficássemos com uma visão localizada. Temos vontade de ver algumas regiões de nossa cidade, pegadas novamente à cidade. Esse projeto apresentado hoje, sua área encontra-se um pouco excluída da cidade. Na realidade é uma sugestão que faço a Dra. Maria De Biase, como presidente em exercício do CDU. Será uma discussão muito proveitosa para todos”. Passando em seguida a palavra ao conselheiro Isaac Azoubel Abram, representante da URB/Recife. “Tenho uma sugestão, apesar de ter chegado à reunião um pouco atrasado. Recentemente vi pela televisão uma matéria sobre encolhimento de fiação em áreas centrais. A cidade de Belo Horizonte está sendo colocada como exemplo, desse tipo de ação. Fica uma sugestão para incorporação dentro do Plano de Requalificação, o uso de encolhimento da fiação. Uma coisa que me chamou atenção na fala de César Barros, foi que particularmente tive a oportunidade de trabalhar no Camelódromo e hoje, sinto que as ações estão sendo feitas de forma diferente. Camelódromo foi um equipamento que se construiu para se levar às pessoas. Ora, a preocupação é o contrário. Identifica-se onde existem pessoas circulando para que se instalem os equipamentos. Isso leva a uma consequência bem considerável. Estamos as vésperas da instalação de um Terminal de Passageiros no Joana Bezerra. E, estamos trabalhando nesse caminho, objetivando incorporar algum equipamento público comercial no Terminal, para remanejamento de algumas áreas do comércio informal, onde identificarmos maiores conflitos”. Passando a palavra ao conselheiro Fernando Paz – SANEAR. “Gostaria de propor ao Dr. César Barros a recuperação dos vários pátios históricos”. Dando continuidade. Dra. De Biase passou a palavra ao Dr. César para novos esclarecimentos. “Começarei pela colocação do conselheiro Antônio Carrilho. A proposta é interessante. Com o conhecimento dos projetos, das ações propostas, teremos uma maior compreensão da cidade, das oportunidades, das necessidades. Foi com este pensamento



que o prefeito João da Costa encaminhou à Câmara Municipal a reconstrução do Instituto da Cidade. A idéia é unificar o planejamento. Hoje, estamos montando uma matriz, com as participações do Escritório do Complexo, da URB, DIRURB, com objetivo de construir um conjunto de idéias, de oportunidades para a cidade, tendo como foco a Copa do Mundo, o próprio desafio do Plano Diretor e do Plano de Governo. Temos também uma matriz do Centro. O conselheiro Carrilho tem razão, vendo-se o todo, compreende-se a parte. Temos hoje também, e poderemos apresentar em outra oportunidade, o mapeamento mostrando três aspectos: - os Programas Estruturadores (PRODETUR, MONUMENTA e o próprio Programa das Cidades Históricas). As ações que estão por vir, e as oportunidades. Estamos desenvolvendo alguns Planos específicos para a Guararapes, Imperial e São José. Desenvolvendo o de Santo Amaro através da Rua Aurora e da Boa Vista, pretendendo ocupar esses vazios existentes, lacunas para que o Centro tenha uniformidade na sua fluidez, na sua dinâmica. Na certeza que, para construir isso, temos que ter dinâmica econômica obviamente. Na realidade queremos que esse conjunto de ações voltado para o Centro, para a recuperação do espaço público, aliado às questões dos instrumentos fiscais e jurídicos, e com a questão da educação patrimonial e ambiental, teremos um grande arcabouço de desafios para os próximos anos”. Concluída as discussões, Dra. De Biase agradeceu a apresentação e a valiosa participação do Coordenador Geral da Unidade Executora da cidade do Recife, arquiteto Dr. César Barros, e comunicou aos conselheiros que no momento dos Informes, “será necessário deliberar sobre os integrantes do Conselho que irão participar da Comissão Preparatória da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Passando em seguida para o terceiro ponto da pauta - Análise do processo nº 07.33554.5.07 – Implantação de um empreendimento imobiliário de uso residencial no terreno do antigo Paiol do Exército. **(Nova Tramitação)**. Antes de passar a palavra a responsável pelo empreendimento, arquiteta Dra. Cristiana Correia de Araújo, Dra. De Biase lembrou aos conselheiros que o processo em pauta já havia tramitado no Conselho em 2008. Aprovado. “Mas, o empreendedor resolveu fazer algumas modificações no projeto, que apesar das reduções, continuou com área caracterizada como impacto. Razão da nova tramitação no Conselho”. A seguir, Dra. Cristiana iniciou a apresentação mostrando mais uma vez a localização do empreendimento, afirmando que o parcelamento continuou o mesmo. Apresentando em seguida, as modificações. “Inicialmente a gleba era de 129.581,00m², doado 48.941,84m² para área do manguezal. Faixa de domínio público – área verde - 12.528,24m² (15,54%). Faixa de domínio público – sistema viário - 11.665,53m² (14,46%). Faixa de domínio público – equipamentos comunitários - 4.035,35m² (5%). Quadra i – lote i - 52.411,00m² (40,45%). Para concluir, a arquiteta Dra. Cristiana mostrou o quadro com as modificações. (Em anexo). Concluída a apresentação, Dra. De Biase passou a palavra ao conselheiro relator, arquiteto Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP. O conselheiro Bruno iniciou fazendo a leitura do seu primeiro parecer da reunião do dia 19 de setembro de 2008. “PARECER – Conselheiro Bruno Cortez Uchoa de Miranda. Este parecer refere-se ao Processo em tramitação na 6ª regional da Dircon sob o nº07.335545/07 e vem a este Conselho por apresentar área de construção superior a 20 mil metros quadrados e por isto caracteriza-se como Empreendimento de Impacto conforme art. 61 da Lei Municipal 16.176/96 e propõe a implantação de 10 Torres Habitacionais, na Av. General Mac Artur, Imbiribeira, Recife/PE, as margens do Rio Jordão, no terreno do Antigo Paiol do Ministério do Exército e de acordo com a Lei de uso e ocupação do solo da Cidade do Recife está contida na Zona de Urbanização Preferencial 1 (ZUP 1) e parcialmente inserida na Área de Preservação



Permanente (APP) de acordo com o Código de Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife (CMMA). O CMMA define a área como Setor de Sustentabilidade Ambiental (SSA), considerada área de interesse ambiental e por isto, ficam os empreendedores obrigados a apresentar um Plano de Revitalização e/ou Implantação de área verde com área equivalente ao dobro da área do terreno do empreendimento. Por se tratar de um empreendimento de impacto, foram apresentados e anexados ao processo Memorial Justificativo, visando prever a interferência causada pela implantação do empreendimento, ao entorno do lote, na infra-estrutura básica, no meio ambiente natural e construído, nos transportes e na própria Cidade do Recife e através de ações mitigatórias, garantir a qualidade na ocupação e uso da área. Todos os pareceres dos órgãos, gerências e diretorias exigidas por lei, foram favoráveis a proposta do empreendimento, sendo unânimes nas recomendações compensatórias apresentadas pela GOPV CTTU, que deverão ser cumpridas pelo empreendedor, visando minimizar as interferências provocadas pelas transformações ocorridas com a implantação do novo empreendimento. Este empreendimento tem as seguintes características: POPULAÇÃO ESTIMADA: 4.386 pessoas. ÁREAS: Total do terreno lembrado: 129.581,00 m², Manguezal a ser preservada: 48.941,84 m², Sistema viário a ser implantado: 10.765,15 m², Equipamentos Públicos: 4.175,80 m², Área Verde (praças): 16.019,79 m², Implantação do Empreendimento: 52.411,00 m². CONSTRUÇÃO: 10 Torres com 32 pavimentos sendo: 29 Pav. Tipo com 04 unidades por andar, 01 Pav Lazer, 02 Pav. Vazados para estacionamento e acessos. Total de construção: 241.237,48 m². Diante do Exposto, dos pareceres já apresentados e estando atendidos todos os requisitos exigidos por Lei, apresento meu parecer favorável a implantação do Empreendimento, hora apresentado, desde que se mantenham todas às exigências quanto às ações Mitigatórias, exigidas pela GOPV e CTTU, lembrando que não foi apresentada a averbação no RGI do remembramento que forma o lote resultante. Recife, 17 de setembro de 2008. Bruno Cortez Uchoa de Miranda. Arquiteto –CREA 21.354.D/PE”. Em seguida, o conselheiro Bruno fez a leitura do novo parecer devido à nova tramitação do processo. “Ao C.D.U. – Conselho de Desenvolvimento Urbano. Processo nº: 07.335.545/07. Interessado: Cristiana Correia Araújo. O processo em questão, vem novamente a este conselho, com o mesmo “USO” E finalidade, por se tratar de EMPREENDIMENTO DE IMPACTO, devido a sua Área de Construção conforme art 61 da Lei 16.176/96. Consta nos autos que o projeto foi submetido aos órgãos e diretorias competentes, e os mesmos apresentaram pareceres favoráveis quanto a sua implantação, pois foram atendidos todos s requisitos básicos solicitados, assim como a anuência das concessionárias de serviços públicos e publicação em jornais de circulação regular. O projeto ora apresentado sofreu redução de sua área de construção total e com isto diminuiu o impacto em relação à Cidade pois foram reduzidos o Número de torres de 10 para 09, a Altura das mesmas de 32 para 24 pavimentos e uma diminuição de 49.048,81m² na área total de construção. Portanto, considerando que o projeto em questão atende todos os índices urbanísticos, e diminui o impacto previsto para a Zona, sou de parecer favorável a aprovação deste processo, lembrando que as ações Mitigadoras previamente aprovadas, devem ser mantidas conforme entendimento com a Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria de Planejamento. Bruno Cortez Uchoa de Miranda, ACP – Associação Comercial de PE. Recife, 27 de Agosto de 2009”. Concluídas as apresentações das relatorias, a suplente do presidente deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro João Domingos – IAB/PE. “Gostaria de um esclarecimento. É de entendimento de todos que houve uma redução no



tamanho do empreendimento, do impacto. Mas, não ficou claro, e como tem alguns conselheiros novos, seria interessante que Bruno apresentasse quais as ações mitigadoras que ficaram definidas no processo anterior. Outra coisa, que não diz respeito ao projeto ora em análise. Existem vários projetos que estão em áreas de Sustentabilidade Ambiental, onde é exigida a implantação, a recuperação do dobro da área do terreno. Por esta razão, solicito que seja feito algum tipo de exposição, apresentação de um relatório com os projetos que foram aprovados, implementados com esse tipo de exigência. E, onde estão sendo montadas essas exigências. Ouvimos algumas informações, que os recursos estão sendo destinados ao Horto. É importante que essas ações sejam implementadas na medida do possível mais próximas dos empreendimentos". Neste momento, Dra. De Biase falou que, "na realidade o Conselho solicitou a posição das ações mitigadoras dos projetos que tramitaram no CDU. Infelizmente ainda não concluímos. Hoje, pelo que entendi, o conselheiro João Domingos solicita a relação da ação específica que é de compensação de área verde, quando necessário. Nova demanda. Iremos solicitar à Diretoria de Meio Ambiente – DIRMAM". Passando a palavra ao conselheiro relator, Bruno Uchoa, que fez a leitura das ações mitigadoras solicitadas pela GOPV, CTTU e CDU: Ações mitigadoras recomendadas pela GOPV: "O projeto prioritário para melhoria do sistema viário da Zona Sul, especificamente na área de influência direta do PROJETO PAIOL é a complementação do binário Antônio Falcão/Félix de Brito (ligação da BR – 101 à Praia de Boa Viagem) que consolidará a SEMI-RADIAL SUL, fundamental para a distribuição de tráfego gerado pelo empreendimento". Ações mitigadoras da CTTU: "1) A execução de obras viárias para a ligação das ruas Henrique Capitulino e Ministro Nelson Hungria no Bairro de Boa Viagem para possibilitar a criação do binário com a rua Francisco da Cunha; 2) A requalificação das Avenidas Antônio Falcão e General Mac Arthur e a implantação de uma ciclovia bidirecional, no bordo de calçada, ligando à atual ciclovia da Avenida Boa Viagem à ciclovia projetada da Avenida Mascarenhas de Moraes; 3) Garantir o espaço no lote para a criação de baía para embarque e desembarque de ônibus fora da pista de rolamento na Avenida Mac Arthur". O CDU propôs como ação mitigadora, que as áreas verdes públicas, não mangue, fossem tratadas paisagisticamente, e entregues à Prefeitura, finalizadas. Com a manutenção de responsabilidade da Prefeitura, ou mesmo em parceria. Após a leitura das ações mitigadoras, o conselheiro João Domingos solicitou que fosse apresentada a Ata da reunião que aprovou o projeto em 2008. Proposta que os demais conselheiros não sentiram necessidade. Prosseguindo, Dra. De Biase passou a palavra à arquiteta Cristiana, que se reportando ao conselheiro João Domingos, falou que, "a tramitação hoje está baseada nas mesmas ações mitigadoras de setembro de 2008. A parte da CTTU já foi vista toda a área de baía para ônibus, prevista no plano de parcelamento. Conselheiro Tamar, tivemos desde o início a preocupação de não criar um paredão. Os moradores terão uma visão da praça que está sendo construída na frente, como a de detrás também. O verde será visto de dentro e de fora do empreendimento. O gradil sugerido pelo CDU, na primeira tramitação foi acatado". Concluída a discussão, Dra. De Biase deu início ao processo de votação. O projeto foi aprovado por 14 (quatorze) votos a favor, nenhum voto contra e 01 (uma) abstenção. Passando em seguida para o quarto item da pauta – Informes/Outros. Comunicando que na semana passada viajou para o Rio de Janeiro na companhia do secretário de Planejamento, Dr. Amir Schwartz, com objetivo de conhecer os projetos que estão sendo desenvolvidos no controle urbano da cidade. Existe um projeto chamado Choque de Ordem, que envolve toda a parte de controle urbano da cidade do Rio. Foi uma experiência interessante, estamos elaborando um



relatório, que quando concluído, caso vocês tenham interesse, poderemos apresentá-lo em outra reunião. Só para esclarecimento, o Rio de Janeiro tem 30km de orla, com 900 ambulantes, com objetivo de reduzir para 700. Terão que intervir só com 200 ambulantes. Recife tem 8km de orla, com 2.500 ambulantes. Os cariocas ficaram impressionados. Em toda a cidade do Rio de Janeiro existem 18 mil ambulantes. Em Recife, só no Centro Expandido existem 15 mil. O nosso problema de escala é muito maior". Passando em seguida a palavra à arquiteta da DIRURB, Dra. Sandra Marília Nunes para algumas considerações sobre a 4ª Conferência das Cidades, "momento importante do planejamento". Dra. Sandra iniciou lembrando que, "o Governo Federal realiza a Conferência Nacional das Cidades, com o objetivo de construir a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A Conferência Municipal será realizada nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2010. Será precedida de uma etapa estadual. A Prefeitura tem a obrigação de convocar a Conferência, obedecendo prazos. A União estabelece o tema, a forma de discussão. No final da Conferência Municipal, temos que preparar um relatório respondendo algumas questões no formulário que o Governo Federal elabora. Na Conferência passada, tínhamos quatro sub temas. Para cada sub tema existiam duas propostas prioritárias. Logo, com todo o formato definido. Até o presente momento não recebemos nem o tema, nem o formato. Mas, como temos prazos, teremos que avançar. A próxima Conferência Municipal, o lema é: "Cidade para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social". E o tema é: "Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano". A Prefeitura tem que convocar a Conferência até 30 de setembro de 2009. Se não fizer, a sociedade civil pode convocar. Como em 2007, a Comissão Preparatória é retirada do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. O Governo Federal é quem estabelece os percentuais de participação, tanto na Conferência, como na Comissão". Após discussão, por decisão dos conselheiros presentes, a Comissão Preparatória ficou assim composta: SETOR PÚBLICO (3 NÍVEIS DE GOVERNO) – CAIXA, Agência CONDEPE/FIDEM, SPPODUA, SANEAR, Serviços Públicos (05). Conselheiros: CAIXA - Pedro Carlos Santiago Júnior, e/ou Marco Aurélio de Farias Costa. Agência CONDEPE/FIDEM - Tamar Ferreira de Lima. SPPODUA - Taciana Maria Sotto Mayor P. Chagas e/ou Márcia Vasconcellos Tavares de Melo. SANEAR - José Fernando de Souza Paz e/ou Ana Maria Costa Magalhães. Serviços Públicos - Jucineide França Vilar Paes de Andrade e/ou Brenna Maria de Araújo Farias. MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES – Fórum do Prezeis, FIJ, MNLM (03). Conselheiros: Fórum do Prezeis - Bismark Saraiva de Medeiros. FIJ – Maria Lúcia da Silva. MNLM - Maria Lins Julião da Rocha. TRABALHADORES, POR SUAS ENTIDADES SINDICAIS – CUT (01). Conselheiro: Antônio Xavier de Moraes. EMPRESÁRIOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO – ADEMI-PE (01). Conselheiro: Edgar Gomes da Silva. ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA E CONSELHOS PROFISSIONAIS – IAB/PE (01). Conselheiro: João Domingos Petribú da Costa Azevedo. ONG'S COM ATUAÇÃO NA ÁREA – Centro Josué de Castro (01). Conselheiro: Paulo Reynaldo Maia Alves. Retomando a palavra, Dra. Sandra informou que, "o Regimento da Conferência Nacional, juntamente com o Regimento da Conferência anterior aprovado em plenário, e o Decreto Convocatório da Conferência anterior, encontram-se disponíveis na internet, no site da Prefeitura (www.recife.pe.gov.br), para começarmos a discutir. Espero que na nossa primeira reunião preparatória, os conselheiros designados para fazerem parte da Comissão Preparatória, venham munidos desses documentos". Finalizando a reunião, Dra.



PREFEITURA DO
RECIFE

De Biase agendou para o dia 18 de setembro a próxima reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 28 de agosto de 2009.

Maria José De Biase – Suplente do presidente



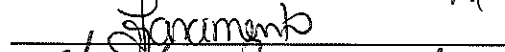
Taciana Maria Sotto Mayor Porto Chagas – Sec. Planejamento (titular)



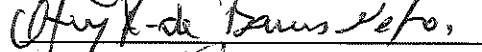
Fábio Henrique de Souza Macêdo – Sec. Finanças (suplente)



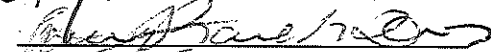
Flávia Castanheira do Nascimento – SAJ (titular)



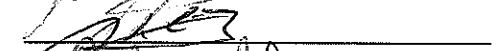
Otoniel Freire de Barros Neto – Sec. Saúde (titular)



Sueny Barkokebas Cavalcanti – Sec. Educação (suplente)



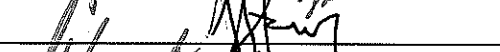
José Romero Campello Britto – Sec. Turismo (suplente)



José Fernando de Souza Paz – SANEAR (titular)



Isaac Azoubel Abram – URB/Recife (suplente)



Marco Aurélio de Farias Costa – CEF (suplente)



Tamar Ferreira Lima – Ag. CONDEPE/FIDEM (titular)



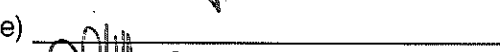
Marco Aurélio M. Estela de Melo – SINDUSCON (titular)



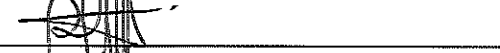
Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)



Eduardo José Pereira de Oliveira – CDL/Recife (suplente)



Bruno Cortez Uchoa de Miranda – ACP (titular)



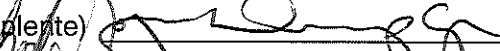
Tomé Ferreira Lima – FEMICRO (suplente)



Alfredo Menezes Júnior – CORECON/PE (titular)



João Domingos Petribú da Costa Azevedo – IAB/PE (suplente)



Edgar Gomes da Silva – ADEMI/PE (titular)



Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

